

CARTA ABERTA DO MOVIMENTO EM DEFESA DOS DIREITOS E DO SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE CONTRA A PEC 32/2020

A Reforma Administrativa é a Destruição do Serviço Público Brasileiro

O Movimento em Defesa dos Direitos e do Serviço Público de Qualidade, composto pelas entidades no Espírito Santo que assinam esta carta aberta manifestam-se contrariamente à Proposta de Emenda Constitucional- PEC 32/2020, apresentada pelo governo federal, que atinge todas as instâncias do serviço público do poder executivo, municipal, estadual e federal e, de forma perversa, a população, a quem o Estado deve garantir serviços públicos de qualidade.

A PEC32 proposta por Bolsonaro e Guedes deforma o próprio Estado brasileiro, pois destrói seu caráter social, substituindo-o por um Estado ultraliberal; é um ataque que vai além do serviço público, atingindo o conjunto da população, com o objetivo de aumentar as áreas de “negócio” lucrativo aos banqueiros e grandes empresários, que vivem da exploração da grande massa da população.

Estão na pauta da PEC32, entre outras coisas, o fim do concurso público (que trará de volta práticas de apadrinhamento, empreguismo), o fim do regime jurídico único (que aprofunda a desigualdade já existente, entre servidores de diversas esferas ao possibilitar a contratação de trabalhadores de forma precarizada); o fim da estabilidade de emprego (que submete os servidores a uma lógica de governo, tornando-os vulneráveis a ameaças, perseguição e como estratégia para ampliar a corrupção que este governo já pratica, como as “rachadinhas”), o afrouxamento contratual de serviços para com a iniciativa privada (escancarando o setor público à iniciativa privada, que visa sempre o lucro e não o atendimento da população) e a concentração de amplos poderes nas mãos do Executivo para alterar todo o arcabouço de cargos públicos do Estado.

São áreas como a educação, o INSS, os bancos públicos, o SUS entre tantas outras em que a população ainda encontra alguma forma de acesso aos serviços de que precisa. Este governo ultraliberal afirma que a Reforma tem o objetivo de cortar gastos, como se o atendimento à população através do serviço público fosse de fato o motivo do esvaziamento dos cofres públicos. Responsabilizam o serviço público enquanto os banqueiros e grandes empresários enchem os bolsos através do sistema da dívida pública, que transfere recursos pertencentes ao povo para o o setor privado.

O serviço público e os servidores atuam para atender à população, que constrói e sustenta o país com seu trabalho e impostos. Mas, junto da mídia comercial, o governo tenta jogar a população contra os servidores, até mesmo culpando-os pela crise sanitária, econômica e política. Tudo isso para esconder quem tem privilégios, trai os interesses do povo e adota práticas corruptas, como este governo e seus aliados.

Portanto, as entidades abaixo assinadas, que integram o Movimento em Defesa dos Direitos e do Serviço Público de Qualidade rejeitam a PEC 32 da Reforma Administrativa, posicionam-se intransigentemente na luta por serviços públicos de qualidade para o povo brasileiro e pelo respeito e valorização dos servidores públicos.

Vitória – ES, 28 de outubro de 2020.

Movimento em Defesa dos direitos e do Serviço Público de Qualidade:

- Fórum Capixaba em Defesa da Vida dos Trabalhadores
- CSP Conlutas-ES
- CUT-ES
- Intersindical CCT
- CTB-ES
- Adufes
- AEPET
- AFIDAF
- ANFFA Sindical DS-ES
- ASSIN
- CNTE
- Coletivo LUTE-ES: Luta Unificada dos Trabalhadores em Educação do ES
- Corrente Sindical e Popular Resistência e Luta Educação
- DCE Ufes
- Fenajud
- Movimento Mulheres em Luta
- Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida

- MST
- Sinasefe Seção Ifes
- Sindfer
- Sindibancários-ES
- Sindfer
- Sindifiscal-ES
- SINDSMUVI
- Sindiupes
- Sindijornalistas
- Sindpetro
- Sindprev-ES
- Sindipúblicos/ES
- Sindsaúde-ES
- Sindienfermeiros-ES
- Sintect
- Sintufes
- SISMA
- SISPMC
- SISPMI
- UNCME
- Coletivo Educação Pela Base
- PAD-vIX